

TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E SAÚDE MENTAL: UMA REVISÃO

BIBLIOGRÁFICA DA LITERATURA

PAID DOMESTIC WORK AND MENTAL HEALTH: A LITERATURE REVIEW

Elaine Milena Alves Genuino - ORCID: 0000-0003-3742-5232

Liedja Marjorie Oliveira Pereira - ORCID: 0009-0000-4156-8522

Taylane Cristina Bezerra de Oliveira - ORCID: 0009-0001-7484-4762

Thayssa Duarte Saturno - ORCID: 0009-0006-3805-8904

RESUMO

O trabalho doméstico remunerado constitui uma atividade historicamente marcada por desigualdades de gênero, raça e classe, cujas repercussões ultrapassam a dimensão econômica e alcançam a saúde de trabalhadoras e trabalhadores domésticos(as). Este estudo teve como objetivo analisar a produção científica acerca da relação entre o trabalho doméstico remunerado e a saúde mental. Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter narrativo, realizada nas bases de dados SciELO e PePSIC. Foram utilizados os descritores "saúde mental" e "trabalho doméstico", combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR para a recuperação dos estudos. Foram incluídos artigos publicados em língua portuguesa entre 2020 e 2025 que abordassem as implicações do trabalho doméstico remunerado para a saúde e a vida de trabalhadoras e trabalhadores domésticos(as). Após o processo de seleção, quatro artigos compuseram o corpus da análise. Os resultados evidenciaram três eixos temáticos: (1) precarização do trabalho e saúde; (2) interseccionalidade e saúde; e (3) trabalho doméstico e saúde mental. Os estudos analisados convergem ao demonstrar que a precarização das condições de trabalho, a informalidade, as relações assimétricas de poder e as desigualdades de gênero, raça e classe constituem fatores centrais para compreender o sofrimento e o adoecimento dessa categoria. Observou-se, entretanto, uma produção científica ainda limitada sobre a saúde mental de trabalhadoras e trabalhadores domésticos(as), especialmente no campo da Psicologia. Conclui-se que a compreensão da saúde mental no trabalho doméstico remunerado exige considerar as condições de trabalho e sua articulação com processos históricos e estruturais de desigualdade, evidenciando a necessidade de ampliar as investigações sobre essa temática e subsidiar políticas e práticas voltadas à promoção da saúde e da garantia de trabalho digno.

Palavras-chave: trabalho doméstico remunerado; saúde mental; condições de trabalho; revisão bibliográfica; Psicologia.

ABSTRACT

Paid domestic work is a historically marginalized occupation shaped by inequalities of gender, race, and class, whose impacts extend beyond the economic sphere to affect the health of domestic

workers. This study aimed to analyze the scientific literature on the relationship between paid domestic work and mental health. A narrative literature review was conducted using the SciELO and PePSIC databases, employing the descriptors *mental health* and *domestic work* combined with the Boolean operators OR and AND. Articles published in Portuguese between 2020 and 2025 addressing the implications of paid domestic work for the health and lives of domestic workers were included. Following the selection process, four studies comprised the final corpus of analysis. The findings were organized into three thematic categories: (1) work precariousness and health; (2) intersectionality and health; and (3) paid domestic work and mental health. The reviewed studies consistently indicate that precarious working conditions, informality, unequal power relations, and gender-, race-, and class-based inequalities are key factors in understanding the suffering and illness experienced by this occupational group. However, the findings also reveal a limited body of research specifically addressing the mental health of domestic workers, particularly within the field of Psychology. It is concluded that understanding mental health in paid domestic work requires considering working conditions in conjunction with the historical and structural inequalities that shape this occupation. These findings highlight the need to expand research on this topic and to support the development of policies and interventions aimed at promoting workers' health and ensuring decent working conditions.

Keywords: paid domestic work; mental health; working conditions; narrative literature review; Psychology.

1. INTRODUÇÃO

Embora seja indispensável para a reprodução social e para o funcionamento da economia, o trabalho doméstico remunerado permanece entre as ocupações mais desvalorizadas e precarizadas no Brasil. Historicamente marcado pela invisibilidade social e pela insuficiente proteção legal, esse trabalho expressa profundas desigualdades estruturais de gênero, raça e classe, que atravessam sua organização e repercutem diretamente nas condições de vida e de saúde dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as).

No contexto brasileiro, aproximadamente 91% das pessoas ocupadas nessa atividade são mulheres, predominantemente negras, e cerca de 72% exercem o trabalho em condições de informalidade. A ausência de vínculo empregatício formal compromete o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, ampliando a vulnerabilidade social e econômica dessa categoria. Em diversas regiões do país, as taxas de informalidade ultrapassam 75%, agravando a precarização das condições de trabalho e contribuindo para a manutenção de remunerações frequentemente inferiores ao salário mínimo legal (Organização Internacional do Trabalho, 2025).

Na perspectiva da saúde do(a) trabalhador(a), o trabalho constitui uma dimensão central da vida humana e participa ativamente dos processos de produção da saúde e do adoecimento. Embora possa representar fonte de reconhecimento, autonomia e realização, também pode produzir sofrimento quando desenvolvido sob condições marcadas pela precarização, pela desproteção social e por relações desiguais de poder (Dejours, 2007). No caso do trabalho doméstico remunerado, essas condições são potencializadas pelas desigualdades de gênero, raça e classe que historicamente estruturam essa ocupação, tornando a compreensão de seus impactos sobre a saúde mental um importante desafio para a Psicologia e para o campo da Saúde do(a) Trabalhador(a).

Nesse contexto, as desigualdades que caracterizam o trabalho doméstico remunerado repercutem diretamente na saúde mental e no sofrimento psíquico dos(as) trabalhadores(as), impulsionando importantes debates internacionais acerca da promoção do trabalho decente. Destacam-se, nesse sentido, a Convenção nº 189 e a Recomendação nº 201 da Organização Internacional do Trabalho, que reconhecem o direito dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) a condições dignas, seguras e compatíveis com a proteção da saúde.

No Brasil, esse compromisso foi incorporado ao ordenamento jurídico por meio do Decreto nº 12.009, que estabelece a responsabilidade da classe empregadora pela adoção de medidas voltadas à prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, bem como pela promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis, contemplando a proteção da saúde física e mental dos(as) trabalhadores(as) (Brasil, 2024).

A literatura em saúde do(a) trabalhador(a) tem evidenciado que a desvalorização social, a precarização das condições de trabalho e a insuficiência de reconhecimento do trabalho doméstico remunerado constituem importantes determinantes do sofrimento psíquico entre trabalhadores(as) domésticos(as), manifestando-se em sentimentos de desesperança, ansiedade, depressão e baixa autoestima (Yoshimura; Rodrigues, 2023).

Entretanto, tais experiências não podem ser compreendidas apenas como fenômenos individuais, mas como expressões das desigualdades estruturais que historicamente organizam essa ocupação e sustentam a divisão sexual e racial do trabalho. Assim, compreender a saúde mental dessa categoria implica reconhecer que gênero, raça e classe articulam-se na produção de

condições de trabalho marcadas pela exploração, pela invisibilidade e pela desproteção social (Pinho; Araújo, 2012).

Embora importantes avanços normativos tenham sido conquistados nas últimas décadas, persistem condições de trabalho que mantêm os(as) trabalhadores(as) domésticos(as) expostos(as) a processos de adoecimento decorrentes da precarização, da informalidade e das desigualdades estruturais que caracterizam essa atividade. Apesar do crescente reconhecimento da relevância social do trabalho doméstico remunerado, observa-se reduzida produção científica dedicada à compreensão de suas repercussões sobre a saúde mental, especialmente no âmbito da Psicologia. Essa lacuna torna-se ainda mais evidente diante da necessidade de compreender como o trabalho participa da produção do sofrimento psíquico em uma ocupação historicamente invisibilizada e atravessada por múltiplas formas de desigualdade.

Diante desse cenário, emerge o seguinte problema de pesquisa: como a literatura científica tem abordado a relação entre o trabalho doméstico remunerado e a saúde mental? Para responder a essa questão, este estudo tem como objetivo analisar a literatura científica acerca da relação entre o trabalho doméstico remunerado e a saúde mental, identificando e sintetizando os principais conhecimentos produzidos, bem como as lacunas existentes na literatura.

2. METODOLOGIA

2.1 Tipo de Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida com o objetivo de analisar a produção científica acerca da relação entre o trabalho doméstico remunerado e a saúde mental. Esse tipo de investigação possibilita a sistematização e a análise crítica do conhecimento produzido sobre determinado fenômeno, contribuindo para a identificação de lacunas na literatura e para o avanço das investigações científicas (Sousa; Oliveira; Alves, 2021).

Por se tratar de uma revisão narrativa, não foram adotados protocolos específicos de revisões sistemáticas, como o PRISMA, sendo privilegiada a análise crítica da literatura disponível.

2.2 Fontes de informação e estratégia de busca

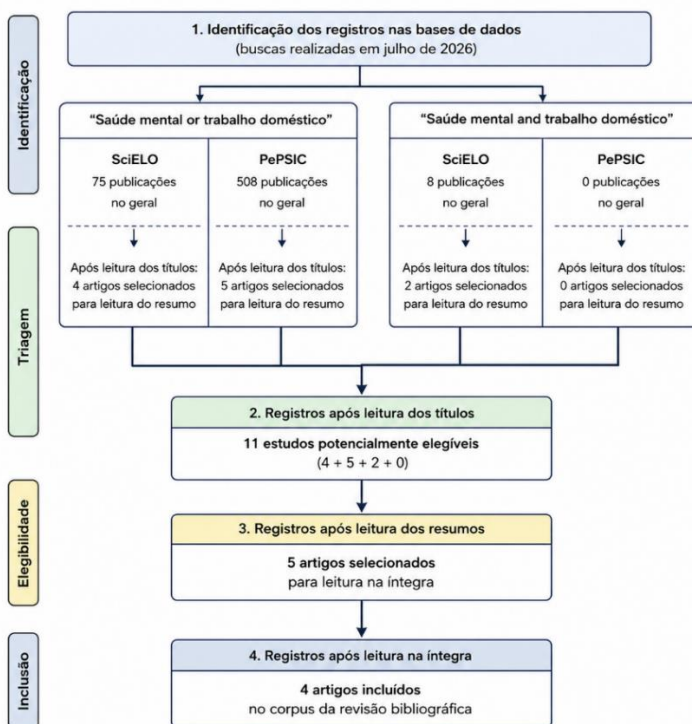
A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e SciELO (Scientific Electronic Library Online), selecionadas por sua relevância na divulgação da produção científica nacional e latino-americana nas áreas da Psicologia e das Ciências da Saúde. Para a recuperação dos estudos, foram utilizados os descritores "saúde mental" e "trabalho doméstico", combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, resultando nas estratégias de busca "saúde mental AND trabalho doméstico" e "saúde mental OR trabalho doméstico". As buscas foram realizadas no mês de julho de 2026.

2.3 Seleção dos estudos

A seleção dos estudos foi realizada em etapas sucessivas. Inicialmente, foram conduzidas buscas nas bases de dados PePSIC e SciELO, utilizando duas estratégias de busca: "saúde mental or trabalho doméstico" e "saúde mental and trabalho doméstico". Ao todo, foram recuperados 591 registros. Em seguida, procedeu-se à leitura dos títulos, permanecendo 11 estudos potencialmente elegíveis para a etapa subsequente.

Posteriormente, realizou-se a leitura dos resumos, resultando na seleção de cinco artigos para leitura na íntegra. Após a análise dos textos completos, quatro artigos atenderam aos critérios de elegibilidade previamente estabelecidos e constituíram o corpus da presente revisão bibliográfica (Figura 1).

Fluxograma 1 – Processo de seleção dos artigos



Fonte: Elaborada pelas autoras do estudo (2026).

2.4 Critérios de Inclusão e Exclusão

Foram incluídos artigos científicos publicados em língua portuguesa, entre os anos de 2020 e 2025, indexados nas bases de dados PePSIC e SciELO e que respondessem ao objetivo da presente revisão bibliográfica. Além disso, os estudos deveriam discutir as implicações do trabalho doméstico remunerado na vida de trabalhadoras e trabalhadores domésticos, abordar a relação entre o trabalho doméstico remunerado e a saúde mental ou investigar os impactos dessa atividade sobre a saúde dessa categoria de trabalhadores(as).

Foram excluídos estudos publicados fora das bases selecionadas, em idioma diferente do português, indisponíveis na íntegra ou que não respondessem ao objetivo da revisão.

2.5 Análise dos Dados

Os estudos selecionados foram submetidos à leitura integral e à sistematização de seus principais resultados, buscando identificar como a literatura científica aborda a relação entre o

trabalho doméstico remunerado e a saúde mental. Posteriormente, realizou-se uma análise temática, por meio da identificação de convergências, divergências e lacunas entre os estudos selecionados. A partir desse processo, os achados foram organizados em categorias temáticas, subsidiando a apresentação e a discussão dos resultados da presente revisão bibliográfica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, apresenta-se uma caracterização dos estudos incluídos na revisão bibliográfica, considerando o ano de publicação, a área de concentração dos periódicos e os delineamentos metodológicos adotados. Em seguida, os resultados são discutidos a partir de três categorias temáticas construídas com base na análise dos artigos selecionados: Precarização do trabalho e saúde; Interseccionalidade e saúde; e Trabalho doméstico e saúde mental.

Os quatro estudos incluídos na revisão foram publicados entre 2020 e 2025. Observou-se predominância de publicações em 2020, que corresponderam à metade do corpus analisado (Ferreira *et al.*, 2020; Furtado; Carvalho; Santos, 2020). Os demais estudos foram publicados em 2021 (Andrade; Martins; Bitencourt, 2021) e 2025 (Acciari, 2025), indicando que, apesar da relevância social do trabalho doméstico remunerado, a produção científica sobre sua interface com a saúde mental permanece reduzida e dispersa ao longo do período analisado.

Em relação às áreas de concentração dos periódicos, verificou-se predominância das Ciências Sociais e da Sociologia do Trabalho, responsáveis por dois dos quatro estudos analisados (Acciari, 2025; Furtado; Carvalho; Santos, 2020). Os demais artigos foram publicados em periódicos das áreas de Enfermagem (Ferreira *et al.*, 2020) e Psicologia Política (Furtado; Carvalho; Santos, 2020), evidenciando que as discussões sobre trabalho doméstico remunerado e saúde têm sido conduzidas predominantemente por campos distintos da Psicologia da Saúde ou da Saúde do(a) Trabalhador(a).

Quanto aos delineamentos metodológicos, observou-se diversidade entre os estudos selecionados. Dois estudos adotaram abordagem qualitativa, utilizando entrevistas individuais e grupos focais como estratégias de produção de dados (Acciari, 2025; Ferreira *et al.*, 2020). Os demais corresponderam a uma discussão teórica fundamentada na perspectiva interseccional

(Furtado; Carvalho; Santos, 2020) e a uma revisão integrativa da literatura (Andrade; Martins; Bitencourt, 2021).

Esse panorama demonstra que a produção científica sobre o tema ainda se concentra em abordagens qualitativas e reflexivas, sendo escassos estudos empíricos voltados especificamente à investigação da saúde mental de trabalhadoras e trabalhadores domésticos(as).

O Quadro 1 apresenta uma síntese das principais características dos estudos incluídos na revisão bibliográfica.

Quadro 1. Caracterização dos estudos incluídos na revisão bibliográfica.

Título e Autores(as)	Objetivo	Metodologia
Da crise do cuidado ao cuidado como exploração: Quem se importa com as trabalhadoras domésticas? (Acciari, 2025).	Refletir sobre a exploração das trabalhadoras domésticas, analisando as continuidades entre o período pandêmico e o atual.	Pesquisa qualitativa. Os resultados apresentados neste artigo fazem parte do projeto internacional “ <i>Who cares? Rebuilding care in the post-pandemic world</i> ”.
Percepções de trabalhadoras domésticas sobre direitos laborais e impactos nas condições de trabalho e saúde (Ferreira <i>et al.</i> , 2020).	Compreender as percepções de trabalhadoras domésticas sobre as mudanças legislativas e os impactos em suas condições laborais e de saúde.	Pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de entrevistas individuais com 15 trabalhadoras domésticas.
Quase da família: Perspectivas interseccionais do emprego doméstico (Furtado; Carvalho; Santos, 2020).	Compreender o modo como, no caso das empregadas domésticas brasileiras, diferentes marcadores sociais de gênero, raça e classe se sobrepõem no estabelecimento desta função como subalterna e, por conseguinte, na	Discussão teórica que utiliza uma perspectiva interseccional para analisar o trabalho doméstico no Brasil.

	invisibilização destas trabalhadoras.	
Trabalho e saúde no emprego doméstico no Brasil: O que diz a literatura? (Andrade; Martins; Bitencourt, 2021).	Analisar o trabalho e as suas relações com a saúde de trabalhadoras domésticas no contexto brasileiro.	Discussão teórica por meio de Revisão Integrativa.

A análise dos estudos permitiu identificar três eixos temáticos que sintetizam as principais discussões presentes na literatura acerca da relação entre trabalho doméstico remunerado e saúde mental: (1) Precarização do trabalho e saúde; (2) Interseccionalidade e saúde; e (3) Trabalho doméstico e saúde mental. Essas categorias expressam dimensões complementares do fenômeno investigado e orientam a discussão apresentada a seguir.

3.1 Precarização do trabalho e saúde

O trabalho doméstico remunerado caracteriza-se, historicamente, por condições de trabalho marcadas pela precarização, pela desvalorização social e pela insuficiente proteção de direitos. Os estudos analisados convergem ao evidenciar que essa realidade extrapola a dimensão econômica da ocupação e repercute diretamente sobre a saúde física e mental de trabalhadoras e trabalhadores domésticos(as), configurando-se como um importante determinante do processo saúde-doença (Acciari, 2025; Andrade; Martins; Bitencourt, 2021; Ferreira *et al.*, 2020).

Entre os fatores que sustentam esse processo, destaca-se a persistente desvalorização do trabalho doméstico remunerado, frequentemente associada a debates sobre seu suposto caráter improdutivo no sistema capitalista.

Conforme discutido por Acciari (2025), essa compreensão contribui para invisibilizar a exploração econômica e social que estrutura a ocupação, legitimando condições de trabalho marcadas pela baixa remuneração, pela fragilidade das relações empregatícias e pela limitada garantia de direitos. Nessa lógica, a reprodução do bem-estar das famílias empregadoras permanece sustentada pelo desgaste físico e emocional de quem executa esse trabalho.

Os estudos também evidenciam que, apesar dos avanços legislativos observados nas últimas décadas, as transformações percebidas pelas trabalhadoras em seu cotidiano ainda são limitadas. A permanência de vínculos precários, associada ao sentimento de desvalorização profissional e à percepção de insuficiente reconhecimento social, contribui para a manutenção de condições de trabalho que favorecem o sofrimento e o adoecimento (Ferreira *et al.*, 2020).

Esses achados sugerem que a ampliação de direitos formais, embora represente um avanço importante, não tem sido suficiente para modificar práticas historicamente enraizadas nas relações de trabalho doméstico remunerado. Outro aspecto recorrente na literatura refere-se às diferentes formas de violência presentes nas relações de trabalho. Humilhações, preconceito, assédio moral e sexual, acusações infundadas, controle excessivo das atividades e relações de poder assimétricas aparecem como experiências frequentes no cotidiano dessas trabalhadoras e trabalhadores, revelando que a precarização das condições de trabalho não se restringe à ausência de direitos trabalhistas, mas também se expressa na qualidade das relações estabelecidas no ambiente laboral (Andrade; Martins; Bitencourt, 2021).

Nesse contexto, a precarização das condições de trabalho deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, constituído pela articulação entre desproteção social, exploração econômica, violência cotidiana e invisibilidade social. Os estudos analisados indicam que esses elementos não atuam de forma isolada, mas se reforçam mutuamente, produzindo condições favoráveis ao adoecimento físico e psíquico dessa categoria de trabalhadores(as). Essa compreensão evidencia a necessidade de superar interpretações que atribuem o sofrimento apenas a características individuais, reconhecendo seu caráter social e historicamente produzido (Acciari, 2025; Andrade; Martins; Bitencourt, 2021; Ferreira *et al.*, 2020).

Por fim, observa-se que as condições de trabalho descritas pelos estudos analisados estão profundamente articuladas às desigualdades de gênero, raça e classe que estruturam o trabalho doméstico remunerado no Brasil. Assim, compreender os impactos da precarização sobre a saúde exige considerar como esses marcadores sociais se entrecruzam na produção das experiências de exploração e adoecimento. Essa discussão será aprofundada na categoria temática apresentada a seguir.

3.2 Interseccionalidade e saúde

A análise dos estudos evidencia que a compreensão da saúde de trabalhadoras e trabalhadores domésticos(as) exige considerar a articulação entre gênero, raça e classe como dimensões constitutivas das condições de trabalho e das experiências de adoecimento. Longe de atuarem de forma isolada, esses marcadores sociais estruturam a inserção da categoria no mercado de trabalho e influenciam as formas de exploração, reconhecimento e proteção social às quais esses(as) trabalhadores(as) estão submetidos(as) (Ferreira et al., 2020; Furtado; Carvalho; Santos, 2020).

Os estudos analisados convergem ao demonstrar que o trabalho doméstico remunerado permanece profundamente vinculado às heranças históricas da escravidão e da divisão sexual e racial do trabalho. Nesse contexto, observa-se a predominância de mulheres negras em uma ocupação historicamente desvalorizada, marcada por relações assimétricas de poder e pela naturalização da subalternidade. Essa configuração repercute diretamente sobre a saúde mental, uma vez que experiências recorrentes de discriminação, desconfiança, invisibilidade e desvalorização ultrapassam o ambiente de trabalho e passam a influenciar outras dimensões da vida social dessas trabalhadoras (Ferreira et al., 2020; Furtado; Carvalho; Santos, 2020).

A literatura também evidencia que as desigualdades observadas no trabalho doméstico remunerado não decorrem apenas das diferenças de gênero, mas da sobreposição entre distintos marcadores sociais. Conforme discutem Furtado, Carvalho e Santos (2020), a organização dessa atividade resulta da articulação entre relações de gênero, raça e classe constituídas historicamente, conferindo às mulheres negras uma posição de maior vulnerabilidade na divisão social do trabalho.

Dessa forma, as condições de trabalho e os processos de adoecimento não podem ser compreendidos sem considerar esse caráter estrutural das desigualdades.

Outro aspecto relevante identificado nos estudos refere-se à permanência da divisão sexual do trabalho, ainda que sob novas configurações sociais. A ampliação da participação de mulheres de classes economicamente favorecidas no mercado de trabalho não significou a redistribuição das responsabilidades relacionadas ao trabalho doméstico, mas, em grande medida, sua transferência para mulheres negras e periféricas, mediante relações de emprego remunerado.

Assim, embora diferentes grupos de mulheres compartilhem expectativas sociais relacionadas ao cuidado, a experiência concreta do trabalho doméstico é profundamente atravessada pelas desigualdades de classe e raça, produzindo formas distintas de inserção social e de exposição ao sofrimento decorrente do trabalho (Furtado; Carvalho; Santos, 2020).

Nesse sentido, a perspectiva interseccional permite compreender que a produção do sofrimento relacionado ao trabalho doméstico remunerado não resulta exclusivamente das atividades desempenhadas, mas também da posição social historicamente atribuída à categoria. Os estudos analisados demonstram que as condições de trabalho são produzidas e mantidas por relações estruturais de desigualdade que limitam o reconhecimento social, ampliam a vulnerabilidade e repercutem negativamente sobre a saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos(as).

Essas evidências reforçam que a compreensão da saúde mental nessa ocupação exige considerar, simultaneamente, as dimensões do trabalho, do gênero, da raça e da classe como elementos indissociáveis da experiência de adoecimento (Ferreira *et al.*, 2020; Furtado; Carvalho; Santos, 2020).

3.3 Trabalho doméstico e saúde mental

Os estudos analisados indicam que as condições de trabalho vivenciadas por trabalhadoras e trabalhadores domésticos(as) repercutem significativamente sobre sua saúde mental. Embora a maioria das publicações não tenha investigado esse fenômeno como objeto central, as evidências convergem ao demonstrar que a precarização das condições de trabalho, a informalidade, as relações desiguais de poder e a insuficiência de proteção social constituem fatores associados ao sofrimento psíquico dessa categoria (Acciari, 2025; Ferreira *et al.*, 2020).

Entre as manifestações descritas na literatura destacam-se sentimentos de medo, angústia, ansiedade, baixa autoestima e sintomas depressivos, frequentemente relacionados à sobrecarga de trabalho, às experiências de desvalorização e às relações interpessoais estabelecidas no ambiente de trabalho. Esses achados evidenciam que o sofrimento não decorre exclusivamente das atividades desenvolvidas, mas também da forma como o trabalho é organizado e das condições sociais em que ele é realizado (Acciari, 2025; Ferreira *et al.*, 2020).

A informalidade constitui outro elemento recorrente na literatura analisada. A ausência de vínculo formal de trabalho limita o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, ampliando a vulnerabilidade diante de acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho. Nesse contexto, os estudos apontam que muitas trabalhadoras permanecem em atividade mesmo quando adoecidas, seja pela necessidade de preservar sua renda, seja pelo receio de perder o emprego ou comprometer a relação estabelecida com os(as) empregadores(as) (Acciari, 2025; Ferreira *et al.*, 2020).

Esse processo evidencia o presenteísmo como uma importante expressão da precarização das condições de trabalho. A permanência no trabalho durante o adoecimento, frequentemente acompanhada do uso de medicamentos para suportar a jornada laboral, revela estratégias individuais de enfrentamento que, embora possibilitem a continuidade da atividade, tendem a prolongar ou agravar o sofrimento físico e psíquico das trabalhadoras (Ferreira *et al.*, 2020).

Os estudos também demonstram que a experiência do trabalho doméstico remunerado não se reduz ao sofrimento. Situações de reconhecimento por parte dos(as) empregadores(as), relações interpessoais respeitadas e a possibilidade de garantir o sustento familiar por meio do trabalho aparecem como fontes de satisfação e atribuição de sentido à atividade desempenhada (Ferreira *et al.*, 2020). Entretanto, essas experiências coexistem com condições de trabalho marcadas por diferentes formas de exploração e desproteção, configurando uma vivência permeada por tensões e ambiguidades.

De maneira geral, a análise dos estudos permite compreender que a saúde mental de trabalhadoras e trabalhadores domésticos(as) é influenciada por um conjunto de fatores relacionados às condições de trabalho, à organização do trabalho e às desigualdades sociais que caracterizam essa ocupação.

Contudo, também evidencia uma importante lacuna na produção científica, uma vez que poucos estudos investigam diretamente essa relação, predominando pesquisas voltadas às condições de trabalho, aos direitos e às desigualdades estruturais. Esse achado reforça a necessidade de ampliar as investigações sobre saúde mental no contexto do trabalho doméstico remunerado, especialmente no campo da Psicologia.

4. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar a literatura científica acerca da relação entre o trabalho doméstico remunerado e a saúde mental. A revisão bibliográfica evidenciou que, embora a produção científica sobre essa temática ainda seja reduzida, os estudos disponíveis convergem ao demonstrar que a precarização das condições de trabalho, a informalidade, a desproteção social e as desigualdades de gênero, raça e classe constituem elementos centrais para a compreensão do sofrimento vivenciado por trabalhadoras e trabalhadores domésticos(as).

Os resultados também indicam que as repercussões do trabalho doméstico remunerado sobre a saúde mental não podem ser compreendidas de forma dissociada das condições em que esse trabalho é realizado. As evidências analisadas apontam que a organização do trabalho, as relações de poder estabelecidas no ambiente laboral e a persistência de processos históricos de exploração e invisibilização contribuem para a produção de sofrimento psíquico, evidenciando que o trabalho ocupa um papel relevante no processo saúde-doença dessa categoria.

Embora os estudos selecionados permitam importantes reflexões acerca da interface entre trabalho doméstico remunerado e saúde, observou-se uma reduzida produção científica dedicada especificamente à saúde mental, especialmente no campo da Psicologia. Esse achado evidencia uma importante lacuna na literatura e reforça a necessidade de ampliar investigações que analisem, de forma direta, as repercussões psicossociais do trabalho doméstico remunerado, considerando sua articulação com as desigualdades de gênero, raça e classe.

Como limitação desta revisão, destaca-se o recorte temporal adotado (2020-2025), a seleção de artigos publicados exclusivamente em língua portuguesa e a utilização de duas bases de dados, fatores que podem ter restringido o número de estudos identificados. Nesse sentido, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o período de busca, incluam outras bases de dados e explorem diferentes estratégias de busca, a fim de aprofundar a compreensão sobre a relação entre trabalho doméstico remunerado e saúde mental.

Por fim, esta revisão reafirma a necessidade de fortalecer a produção científica sobre o trabalho doméstico remunerado no campo da Psicologia, contribuindo para ampliar a compreensão dos processos de sofrimento e adoecimento relacionados ao trabalho e subsidiar a formulação de

estratégias de promoção da saúde e de garantia de condições de trabalho mais dignas para essa categoria de trabalhadores(as).

REFERÊNCIAS

ACCIARI, Louisa. Da crise do cuidado ao cuidado como exploração: quem se importa com as trabalhadoras domésticas? **Tempo Social**, São Paulo, v. 37, n. 3, e2025238490, 2025. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2025.238490>. Disponível em: https://revistas.usp.br/ts/pt_BR/article/view/238490/220153. Acesso em: 11 jul. 2026.

ANDRADE, Cristiane Batista; MARTINS, Ana Clara Gonçalves; BITENCOURT, Silvana Maria. Trabalho e saúde no emprego doméstico no Brasil: o que diz a literatura? **Trabajo y Sociedad: Indagaciones sobre el empleo, la cultura y las prácticas políticas en sociedades segmentadas**, n. 37, p. 527-542, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8016345>. Acesso em: 14 jul. 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.009, de 17 de abril de 2024. **Promulga a Convenção nº 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF: Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12009.htm. Acesso em: 18 jul. 2026.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FERREIRA, Carolina Nardi Lopes; ZERBETTO, Sonia Regina; GONÇALVES, Angélica Martins de Souza; BRIONES-VOZMEDIANO, Erica; RONDA, Elena; GALON, Tanyse. Percepções de trabalhadoras domésticas sobre direitos laborais e impactos nas condições de trabalho e saúde. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 29, e20180375, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0375>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/NHLfc6NhhSJgBG4DtVdYYtL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2026.

FURTADO, Odair; CARVALHO, Mônica Gurjão; SANTOS, Winnie Nascimento dos. Quase da família: perspectivas interseccionais do emprego doméstico. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 20, n. 48, p. 355-369, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n48/v20n48a08.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2026.

PINHO, Patrícia de Santana; ARAÚJO, Tânia Maria de. Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 527-537, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2012000300010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/dxHcftTBL5b8P5YcXmwFwGG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2026.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 8 jul. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho doméstico é trabalho de cuidados: saldar a dívida histórica com milhões de trabalhadoras domésticas**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 16 jun. 2025. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/resource/article/trabalho-domestico-e-trabalho-de-cuidados-saldar-divida-historica-com>. Acesso em: 18 jul. 2026.

YOSHIMURA, Solene da Silva Soares; RODRIGUES, Carlos Manoel Lopes. A mulher no trabalho doméstico e nos cuidados com a família. **Humanidades em Perspectivas**, v. 7, n. 18, p. 48-61, 2023. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/2781/2126>. Acesso em: 18 jul. 2026.